

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EM ARQUIVOS**

**ANÁLISE DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS SOB A
ÓTICA DA TERMINOLOGIA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria de Fátima Teixeira Veras

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

ANÁLISE DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS SOB A ÓTICA DA TERMINOLOGIA

Maria de Fátima Teixeira Veras

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientador: Msc. Rosani Beatriz Pivetta da Silva

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

ANÁLISE DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS SOB A ÓTICA DA TERMINOLOGIA

elaborada por
Maria de Fátima Teixeira Veras

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Msc.
(Presidente/Orientador)

Maria Alcione Munhoz, Dra. (UFSM)

Rosanara Pacheco Urbanetto, Dra. (UFSM)

Sapucaia do Sul, 08 de dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa magnitude, apesar de ser individual, não se faz sozinho, pois, direta ou indiretamente, envolve pessoas que nos encorajam com suas palavras nos fazendo acreditar que somos capazes. E por mais que agradeçamos e citemos nomes, alguém sempre passa despercebido. Então, minhas desculpas aos amigos e familiares se não os citei nominalmente, mas aceitem meus verdadeiros agradecimentos e gratidão.

Obrigada Deus pela a vida e por mais esse desafio que de início parecia ser invencível. Sou-te grata, Senhor, por colocar pessoas em minha vida, pessoas que me serviram de baluarte nos momentos difíceis.

À minha querida mãe, que acreditando que seus filhos podiam ter um futuro diferente do dela, sempre lutou para que estudássemos. Obrigada Deus pela vida da minha família: pai, mãe, meu irmão, irmãs, sobrinhos e tios que me encorajam e acreditam que posso ir mais longe.

À família Queiroz, que sempre me apoiou e ensinou valores morais os quais serão úteis para toda a vida. Em especial, Maria Luiza e Jader que, mesmo sem saber ao certo o que eu faço (às vezes nem eu mesmo sei), me apoiam incondicionalmente.

Aos meus colegas de curso e companheiros de viagem: Tânia, Poulet, Jamille, Alê, Laiane, Érika. Obrigada Tânia por nos obrigar a fazer a inscrição nesta especialização, ao Poulet pelos telefonemas quando percebia minha ausência nos fóruns.

Deus, obrigada pelos amigos que estiveram à disposição para o que eu precisasse; até mesmo para ouvir as minhas lamúrias. Denise querida, meu muito obrigada pelas traduções. Ao amigo de todas as batalhas, Israel Gomes.

À minha orientadora Rosani Pivetta pela paciência; ao tutor Danilo pela presteza em responder minhas dúvidas.

Aos meus eternos professores de graduação: Angélica e Renato, que sempre me respondiam quando eu não encontrava respaldo na literatura.

Aos meus amigos e colegas de trabalho pelo incentivo e apoio. À Márcia pelas revisões.

“[...] as palavras não nascem por acaso; elas são criadas pela própria língua, que é uma verdadeira máquina de formar palavras, para atender a finalidades específicas. Quando se cria um verbo a partir de um substantivo, ou um substantivo a partir de um verbo (e assim por diante), é para permitir a inserção do mesmo conceito em outro ponto da estrutura sintática. [...] É espantoso como há um grande número de brasileiros letrados, sinceramente interessados no estudo do idioma, que se arrepiam assim que vêem uma palavra nova aparecer na esquina! No fundo, devemos tratar essas novatas com a mesma humanidade que tratamos uma pessoa desconhecida que nos apresentam: vamos observá-las com interesse, tolerância e curiosidade para ver se elas merecem fazer parte de nossa memória ou se vão engrossar o exército daquelas que já esquecemos.”

Cláudio Moreno

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS SOB A ÓTICA DA TERMINOLOGIA

AUTORA: MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA VERAS

ORIENTADOR: ROSANI BEATRIZ PIVETTA DA SILVA

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul, 08 de dezembro de 2012.

O presente trabalho buscou compreender as convergências e divergências conceituais existentes nas funções arquivísticas: aquisição, classificação e descrição. Esta pesquisa justificou-se pela relevância que as funções arquivísticas representam para a organização e disponibilização das informações arquivísticas. Para a elaboração do presente trabalho, compararam-se os conceitos registrados nos dois dicionários nacionais. Por meio deste estudo, pretende-se contribuir para o enriquecimento da literatura disponível sobre o assunto, além disso, espera-se que este sirva de base para outros trabalhos da área.

Palavras-chave: Funções arquivísticas. Dicionários. Convergências. Divergências.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS SOB A ÓTICA DA TERMINOLOGIA

**(ANALYSIS OF ARCHIVAL FUNCTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF THE
TERMINOLOGY)**

AUTHOR: MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA VERAS

ADVISOR: ROSANI BEATRIZ PIVETTA DA SILVA

Date and Place of Defense: Sapucaia do Sul, 08 de dezembro de 2012.

The present study seeks to understand the similarities and differences of the following concepts of archival functions: acquisition, classification and description. This research is justified on the importance of archival functions to represent the organization and provision of archival information. In preparing this study, we sought a comparison of the concepts assigned by the two Brazilian dictionaries. Through this study we aim to contribute to the enrichment of literature available on this subject, in addition, we intend that this study will serve as a basis for further work in the area.

Keywords: Archival functions. Dictionaries. Similarities. Differences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– As sete funções arquivísticas	17
Figura 2 – Capa do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) da AAB	35
Figura 3 – Capa do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) produzido pelo Arquivo Nacional.....	35
Quadro 1 – Conceito de aquisição	37
Quadro 2 – Equivalência para aquisição	37
Quadro 3 – Conceito de classificação	38
Quadro 4 – Conceito de descrição	40

LISTA DE SIGLAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

NA – Arquivo Nacional

CB-14 – Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

DAT – Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística

DBTA – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

DTA – Dicionário de Terminologia Arquivística

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

ISAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos	13
1.2 Justificativa	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	15
2.1 As funções arquivísticas	15
2.1.1 Criação	17
2.1.2 Avaliação	18
2.1.3 Aquisição	21
2.1.4 Classificação	21
2.1.5 Descrição	22
2.1.6 Difusão	24
2.1.7 Preservação	25
2.2 A padronização terminológica	26
2.3 A trajetória dos dicionários nacionais	31
3 METODOLOGIA	35
4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS	37
4.1 Aquisição	37
4.1.1 Análise do conceito aquisição	38
4.2.1 Análise do conceito classificação	39
4.3 Descrição	41
4.3.1 Análise do conceito descrição	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia reflete a inquietação vivenciada em anos de trabalho como arquivista e estudante da área no que tange à padronização da terminologia arquivística. “Trata-se da falta de consolidação da terminologia adotada, seja nas traduções para o português do Brasil, como também nos textos originais, em nossa língua ou em língua estrangeira” (Rodrigues, 2004, p. 12-13).

A falta de um consenso sobre a aplicação e os significados (muitos advindos de línguas estrangeiras) dos conceitos utilizados na área de arquivo tem gerado problemas que perpassam o ensino e as práticas arquivísticas e dificulta o acesso à informação. Esses problemas levaram alguns autores a afirmarem que essas confusões terminológicas não são salutares ao desenvolvimento da arquivística (Sousa, 2008).

As funções arquivísticas estão dentre as atividades exercidas nos arquivos que mais sofrem com essa falta de consenso. Essas, como partes indispensáveis no processo de organização e disponibilização da informação, necessitam de uma padronização no que diz respeito aos seus conceitos e significados, de tal maneira que haja uma sintonia entre a prática e a teoria.

Também é notável que a complexidade na definição dos termos na área de arquivos cada vez mais se amplia, uma vez que a arquivística deixou de ser uma disciplina auxiliar da histórica e passou a assumir um papel ativo e dinâmico no processo da produção documental, influenciando diretamente nos procedimentos administrativos.

Aliado a essa visão, observa-se que as informações contidas nos documentos de arquivos configuram-se como elemento imprescindível, num primeiro momento, na tomada de decisões das instituições e, posteriormente, na indispensável garantia dos direitos dos cidadãos.

Sob tal vertente, é fundamental que a Arquivologia acompanhe as mudanças ocorridas nas organizações. Para isso, é imperioso conhecer os procedimentos, as atividades e as funções que, planejadas e executadas nas instituições, serão refletidas, conseqüentemente, em seus documentos.

Diante disso, observa-se que a prática exige que haja uma padronização nos conceitos, de maneira que reflita as transformações existentes no universo dos

arquivos. É nítido que é principalmente nas atividades rotineiras que se percebe a necessidade de normas e padrões que facilitem a comunicação e o intercâmbio das informações:

[...] É preciso contar com termos claros, exatos, que respondam a conceitos universais em matéria de arquivos. Entretanto, estamos muito longe de alcançar esta situação, já que a dificuldade afeta não somente as simples denominações – que poderiam se resolver com uma tabela de equivalência ou um glossário –, mas, o que é mais grave, a disparidade e, sobretudo, a confusão de conceitos. Heredia Herrera,(1988 apud BELLOTTO, 2007, p.53)

Portanto, foi baseando-se nas dificuldades encontradas nas práticas cotidianas e observando a utilidade que as funções representam para o desenvolvimento do trabalho arquivístico que essa pesquisa buscou compreender as convergências e divergências conceituais existentes nas funções arquivísticas: aquisição, classificação e descrição.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Pesquisar as funções arquivísticas aquisição, classificação e descrição nos dois dicionários brasileiros da área.

1.1.2 Objetivos específicos

- Estudar os conceitos atribuídos às funções arquivísticas: aquisição, classificação e descrição;
- Compreender a importância das funções para a concretização das atividades arquivísticas;
- Analisar de forma crítica as possíveis divergências e convergências encontradas nas definições atribuídas às três funções arquivísticas.

1.2 Justificativa

A arquivística e os produtores de documentos, hoje, preocupam-se cada vez mais com o tratamento e a guarda da informação. Apesar de todo esse progresso, há algumas lacunas na área de arquivos que precisam ser estudadas, dentre elas cita-se: uma compreensão sobre os conceitos atribuídos às funções arquivísticas. Como foi possível detectar, são pouquíssimos os autores nacionais que abordam a problemática das funções voltadas para o plano da gestão documental. Por isso, este trabalho buscou contribuir para a literatura que trata o assunto.

A escolha da pesquisa, em primeiro lugar, justifica-se na relevância que as sete funções arquivísticas representam para o universo dos arquivos. É notório que, nas práticas arquivísticas, a definição desses conceitos embasa todas as atividades realizadas na área dos arquivos. Portanto, buscar um consenso na definição de tais conceitos, tornar-se objeto facilitador na compreensão e disponibilização das informações.

É perceptível que a falta de padronização na área dos arquivos gera uma perda de informações muitas vezes imprescindíveis à pesquisa solicitada pelos

usuários e, inclusive, no desenvolvimento das atividades arquivísticas, o que, em segundo lugar, justifica esta pesquisa. Ora, tal situação provoca o desperdício de tempo e de recursos financeiros que poderia ser evitado com uma simples padronização da significação do que venha a ser cada termo.

Portanto, com este estudo, pretende-se contribuir na atuação dos profissionais de arquivo, oferecendo elementos eficientes e/ou instrumento facilitador para suas atividades cotidianas desenvolvidas nos arquivos. Em termos teóricos, espera-se que, por meio do conhecimento derivado desta pesquisa, seja possível compreender a realidade de tal maneira que haja uma colaboração na melhoria e adaptação dos conceitos atribuídos às funções estudadas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

2.1 As funções arquivísticas

De acordo com Tarraubella Mirabet :

Nas últimas décadas, o arquivo tem perdido, progressivamente, o caráter passivo que lhe era atribuído desde o século XIX, quando exercia a função de simples receptor de documentação produzida, e potencializou, sobretudo, suas funções de recolhimento e conservação, e foi adquirido um papel muito mais ativo e dinâmico, intervindo na produção documental, e determinando as características e na quantidade de documentação a conservar e incidindo, globalmente, nos ciclos e procedimentos administrativos desde a etapa de criação e tramitação. (TARRAUBELLA MIRABET, 1997, p. 3, tradução nossa).

Como demonstra a citação acima, interferir na produção documental é o primeiro passo para demonstrar a importância das funções arquivísticas e estabelecer uma gestão documental eficiente, pois no momento da criação dos documentos são refletidas as atividades e funções exercidas pelos seus produtores. Nota-se que esta relação dos produtores com os documentos é estabelecida na classificação e, por conseguinte, na avaliação, na descrição e nas demais atividades exercidas pelos arquivos.

A razão de ser dos arquivos, isto é, seu objetivo maior, é o acesso à informação que esta fixada em um determinado suporte, “independentemente, da idade documental ou do âmbito arquivístico”¹. No entanto, para que os arquivos cumpram sua missão, faz-se necessário que as execuções das funções arquivísticas sejam entendidas e compreendidas de forma consensual. Entende-se como funções arquivísticas:

...as operações físicas e intelectuais que têm os seus significados próprios, fundamentais para que se obtenha como resultado, quando da intervenção em arquivos, documentos organizados, tanto física quanto intelectualmente. (RODRIGUES, 2003, p. 210).

¹ Usaram-se as palavras de Heloisa Bellotto. Arquivologia: Objetivos e Objetos.

De acordo com Rousseau e Couture (1998), em *Os fundamentos da disciplina arquivística*, as sete funções arquivísticas são: criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, preservação e **difusão** (grifo nosso). A mesma obra editada pelos portugueses, por outro lado, traduz as funções como:

...quanto à arquivística, esta é tratada como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a **comunicação** e a **conservação**. (RODRIGUES, 2003, p. 15, grifo nosso)

Dessa forma, para Rodrigues (2004, p. 217), as funções arquivísticas compreendem: produção; avaliação; **aquisição/recolhimento**; classificação; descrição; **conversação/prevenção**; **difusão/acesso** (grifo nosso).

Observa-se que não há consenso a respeito dos nomes atribuídos às funções. Entretanto, em um ponto todos os autores concordam: as funções devem ser “abordadas de modo a cobrir o conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos, independentemente da idade destes” (Rousseau e Couture 1998, p. 265). Por isso, é possível afirmar que a execução das funções arquivísticas é um instrumento que facilita a disponibilização das informações contidas nos documentos de arquivo.

A partir dessa abordagem, nota-se que as funções arquivísticas têm a finalidade de:

...efetivar um controle eficiente da administração, com a aplicação de princípios e técnicas para reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos documentos; manter (processamento e arquivamento) e utilizar os documentos no exercício das atividades dessas instituições; assegurar a transferência sistemática para depósitos intermediários dos documentos de uso não corrente e efetuar a avaliação dos documentos preservando aqueles que têm valor permanente para a instituição. (XI-ENANCIB, 2010, p. 6).

Como referencial teórico, procurou-se conceituar, na figura a seguir, as sete funções descritas por Rousseau e Couture (1998), a saber: criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão.



Figura 1: As sete funções arquivísticas.

No próximo tópico, buscou-se conceituar as funções, tendo por referência os autores tanto nacionais e internacionais que abordam o assunto.

2.1.1 Criação

De acordo com Couture (1999) a criação tem por objetivo:

[...] interferir é controlar a criação de informação ou de documentos e estabelecer normas destinadas a evitar perda de tempo resultantes da existência de informações ou documentos cujo termos de criação de divulgação e recepção não poderia satisfazer a necessidade identificada (COUTURE, 1999, p. 16, tradução nossa).

Nessa mesma vertente, Santos (2008) aborda essa função como o processo que abrange a padronização da produção documental no que tange ao trâmite e à elaboração dos documentos, conforme as atividades que lhes deram origem. Esse procedimento é estabelecido por meio de normas, conteúdos e modelos de formulários.

O mesmo processo, analisado pela diplomática, é reconhecido por Bellotto (2008), como a gênese documental: “[d]esde a sua gênese o documento será reconhecido por sua proveniência, categoria, espécie e tipo”. Observa-se que antes

da própria criação do documento são necessários requisitos essenciais para que este seja considerado autêntico e cumpra a função para a qual foi criado.

Ainda sob a visão da diplomática, os documentos nascem para cumprir uma função específica no desenvolvimento de uma atividade. Para que isso ocorra, é necessário que no momento da elaboração dos documentos sejam definidos o suporte, o gênero, a forma e o formato, dentre outras características diplomáticas. Além disso, a função para a qual o documento foi criado é de fundamental importância para que se possa definir sua tipologia, tendo em vista que a espécie também poderá ser identificada na gênese. A produção é também o passo inicial para se definir o trâmite pelo qual o documento percorrerá dentro da instituição.

2.1.2 Avaliação

A função avaliação é entendida como:

[...] o ato de julgar valores que representam os documentos arquivísticos (valor primário e valor secundário) e decidir os períodos de tempo em que estes valores se aplicam aos documentos em um contexto que leva em conta a relação essencial entre a organização (ou pessoa) em questão e os documentos de arquivo que ele (ela) produz através das suas operações. (COUTURE, 1999, p. 17, tradução nossa).

Em conformidade com essa visão, Bernardes entende que:

A avaliação consiste fundamentalmente em identificar valores e definir prazos de guarda para os documentos de arquivo, independentemente de seu suporte ser o papel, o filme, a fita magnética, o disquete, o disco ótico ou qualquer outro. (BERNARDES, 1998, p.14).

A teoria dos valores documentais, preconizada por Schellenberg em 1956, evidência os documentos sob o ponto de vista dos valores primário e secundário. O primeiro refere-se aos valores: administrativos, legais e fiscais. O segundo, por sua vez, está ligado ao poder que o documento tem de informar e provar algo.

Quando Schellenberg (2006) estabelece os padrões de avaliação baseado em valores probatórios e informativos, acreditou-se que o problema da avaliação documental estava solucionado. No entanto, todo documento independentemente de seu valor, primário, secundário, carrega consigo valor de prova e/ou de informação, conforme reforça Rondinelli:

[...] Schellenberg com sua teoria do valor informativo e probatório, não veio trazer alguma luz à questão? Rapport ousa dizer que não. Para ele, tal teoria, na verdade, ajuda muito pouco, uma vez que, sejamos sinceros, sabemos perfeitamente que todo documento possui um valor informativo e probatório. A questão, portanto não é bem essa, mas sim se tais valores são importantes. E como a palavra implica em juízo de valor, chegamos novamente ao ponto de partida, ou seja, o julgamento subjetivo. (RONDINELLI, 1994, p.1).

A literatura tradicional tem a visão de um processo avaliativo baseado em valores administrativos, jurídicos e históricos ou testemunhais dos documentos. No entanto, alguns autores acreditam que a teoria dos valores deve ser repensada:

[...] Acredito, todavia, que [valores] podem ser desdobrados e acrescidos. Parte-se da ideia de que a noção de valor é, também, uma noção informacional, atribuída às informações registradas. Trata-se, portanto, de uma pós-informação, desenhada pela relação da informação original com o conhecimento da organização, do estado e da sociedade. (LOPES, 2009, p. 352).

Mesmo tendo preconizado a teoria dos valores no processo avaliativo, Schellenberg (2006) demonstra que o arquivista precisa ter um pouco de cautela na aplicação dessa teoria:

A avaliação de documentos não deve se basear em intuição ou em suposições arbitrárias de valor. Deve ser, ao contrário, baseada na análise total da documentação relativa ao assunto a que se referem os documentos em questão. A análise é a essência da avaliação arquivística. Ao mesmo tempo que aquilata os valores probatórios dos documentos, o arquivista deve levar em conta o conjunto da documentação do órgão que os produziu. Não deve proceder a avaliações baseando-se em partes, ou baseando-se nas unidades administrativas do órgão, separadamente. Deve relacionar o grupo particular de documentos que está sendo considerado com outros grupos, para entender-lhes o significado como prova da organização e função. Sua apreciação, é lógico, depende do grau de análise das origens e inter-relações dos documentos. Igualmente, ao apreciar os valores informativos dos documentos, o arquivista deve levar em consideração a documentação total em conexão com o assunto a que se refere a informação. Deve determinar se aquele grupo de documentos em questão contém informação única e se apresenta uma forma que o torne útil como uma fonte de informação, e só depois de feito isto deverá entrar no reino do imponderável. (SCHELLENBERG, 2006, p. 227).

De acordo com Rondinelli, o processo avaliativo além de se basear nos valores atribuído aos documentos, deve ser visto sob duas vertentes:

Arrisco-me a apresentar duas considerações sobre o assunto. Vejamos a primeira: ao dar início a um trabalho de avaliação de documentos, a pergunta primordial que o arquivista deve fazer é: qual é a proposta da instituição? E num desdobramento desta, seguir perguntando: quais são seus objetivos? O que essa instituição pretende oferecer a sociedade? [...] A segunda consideração nos é mais uma vez apresentada por Leonard Rapport quando cria sua teoria expectativa razoável de busca e expectativa concebível de busca. (RONDINELLI, 1994, p. 1-2)

Essas razões, intuitivamente, requerem que o processo de avaliação seja um trabalho:

[...] interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e a analisar o seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como a preservação do patrimônio documental. (BERNARDES, 1998, p.14).

Nesse contexto, é notável que qualquer processo de “avaliação deverá ser realizado no momento da produção, paralelamente ao trabalho de classificação, para evitar a acumulação desordenada, segundo critérios temáticos, numéricos ou cronológicos” (BERNARDES, 1998, p.14). Por meio dessa citação, Bernardes consegue estabelecer a relação existente entre as funções e torna claro que se uma das sete funções não for realizada de maneira adequada todo o processo de gestão documental estará comprometido.

Diretamente todas as funções estão relacionadas entre si, de maneira que não se pode separar uma da outra sem se ter uma ruptura ou comprometimento na gestão documental. Essa relação se torna mais clara nos processo de classificação, avaliação e descrição. Por isso, admiti-se que a descrição é a extensão do processo classificatório.

[...] Elas possuem nomes, entendidos como rótulos de conteúdos informacionais, relacionáveis às estruturas, às funções, às atividades da organização acumuladora no passado e no presente. Ao se classificar, produz-se um primeiro nível avaliativo e descritivo. A identificação de uma série, por exemplo, traz, intrinsecamente, um juízo de valor por hierarquizar os conteúdos, evidenciando, ainda que de modo primário e preliminar, as suas importâncias e irrelevâncias, Isto é, avaliando. Esta operação produz, igualmente, uma primeira representação construída a partir das informações contidas, isto é, uma descrição. (LOPES, 2009, 9. 322).

2.1.3 Aquisição

A aquisição é entendida como:

um processo que visam o aumento de documentos não-institucionais realizadas pelos serviços de arquivos. Aquisição é um termo útil para incluir todas formas de crescimento, diferente da transfêrencia, tal como compra, doação, depósito, herança ou permuta. (COUTURE, 1999, p.147).

De acordo com Santos (2008, p.179), o processo de aquisição “[c]ontempla a entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente; refere-se ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência e recolhimento de acervo.”

2.1.4 Classificação

O conceito da função classificação remonta o século XVII e está ligado ao surgimento dos primeiros manuais e normas escritas da área. Sobre a classificação, Rousseau e Couture afirmam que:

A classificação dos documentos foi objeto de muitas tentativas. Para reagrupar os documentos fizeram uso, ao mesmo tempo, locais, formas simbólicas, divisões por tipos de documentos ou por assuntos, a estrutura ou funções e atividades da instituição. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 49).

A função classificação é descrita como:

[...] esta função é um conjunto de convenções, métodos e regras processuais e estruturas lógicas para a classificação de documentos por parte de grupos ou categorias, independentemente do seu suporte e idade. (COUTURE, 1999, p. 19).

Compartilhando dessa mesma visão, Gonçalves enfatiza que a classificação deve refletir a estrutura organizacional permitindo visualizar as funções e atividades executadas pelos produtores de documento.

O objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações

entre os documentos. Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, lógica: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas (estejam elas configuradas ou não em estruturas específicas, como departamentos, divisões). (GONÇALVES, 1998, p.12).

Sob tal vertente, o processo classificatório também é entendido como um procedimento intelectual que permite representar as informações contidas nos documentos. Este processo tem por base as estruturas organizacionais, as funções e as atividades dos produtores:

Entende-se aqui a classificação como a ordenação intelectual e física de acervos, baseada em uma proposta de hierarquização das informações referentes a eles. Essa hierarquia se consubstancia em planos ou quadros de classificação e em normas gerais de procedimentos derivadas do conhecimento da fonte produtora, das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais dos acervos. (LOPES, 2009, p. 286).

Ressaltando a supremacia da classificação como uma das atividades indispensável no processo organizacional dos arquivos, o autor ainda afirma que:

[...] sem ela, qualquer outra operação descritiva ou avaliativa tenderá a fracassar. Mesmo no que se refere às atividades de preservação e restauração, a classificação é que permitirá definir a prioridade de procedimentos. (Ibidem).

Lopes vai além e ressalta que “acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, porque não é possível acessar o conteúdo informacional existente” (Lopes, 2009, p. 304).

Demonstrando mais uma vez a relação intrínseca existente entre as funções, Lopes (2009) afirma que as bases da classificação requerem que este processo seja estabelecido no momento de criação da informação até o seu destino final. O que para o mesmo esse princípio não é muito explícito na literatura: “de um modo, geral, a literatura fala de uma classificação de documentos feita a partir da entrada de documentos nos arquivos permanentes” (Lopes, 2009, p. 286).

2.1.5 Descrição

De acordo com Couture a função descrição é um:

Conjunto de operações que permite descrever mais precisamente as características físicas e o conteúdo dos arquivos ou mais exatamente o registro das informações relativas à estrutura, às funções e ao conteúdo do documento. (COUTURE, 1999, p. 19, tradução nossa)

Para a Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), esta função é entendida como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (ISAD(G), 2000, p. 114-15).

Complementado essa visão, a descrição arquivística é abrangida como:

O processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. (ANDRADE; SILVA, 2008, p.15).

Percebe-se que a atividade de descrição compreende mais que análise de conteúdo ou forma documental. É por meio da descrição, baseada no processo classificatório, que o arquivista estabelece uma relação entre o contexto de criação do documento e seu conteúdo. “Dessa forma os arquivistas deve sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da evidência, característica própria do documento de arquivístico” (Andrade; Silva, 2008, p. 17).

Para que a descrição reflita essa afinidade entre o produtor e os documentos, o primeiro passo é conhecer as estrutura organizacional, as funções e atividades:

A primeira das pesquisas a serem feitas para conceber planos, quadros, tabelas de temporalidade, mapas de localização, descrições, bases de dados, destinadas a representarem, sob o ponto de vista intelectual, as informações arquivísticas é a do levantamento das estruturas político-administrativas, das funções e das atividades das organizações ou de um governo [...] (LOPES, 2009, p. 288).

Se os documentos de arquivos são produtos de uma ação humana que servem de prova e evidência de certa atividade, nada mais necessário que essas relações sejam explícitas na descrição. É, pois, consenso que são essas relações

existentes entre o documento de arquivo e seu produtor que distinguem a informação arquivística das demais informações.

2.1.6 Difusão

A criação do documento é explicitada na classificação que, por sua vez, se materializa na descrição. O papel fundamental da descrição é o acesso às informações, independentemente da idade documental. Este acesso só se torna possível por meio de instrumentos de pesquisa que facilitem a comunicação entre os usuários e os documentos. Por isso, entende-se que as execuções das demais funções são imprescindíveis para que se concretize todo o processo de gestão documental, que tem por objetivo maior o acesso às informações. É, portanto, a difusão dos acervos o instrumento que conclamará os usuários para conhecerem seus produtos.

De acordo com Bellotto (2006), a difusão torna visível para sociedade as atividades dos arquivos e com isso este ganha contornos sociais e culturais:

[...] é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTO, 2006, p. 228).

A função difusão pode ser definida como:

[...] a ação de dar a conhecer, desenvolver, avaliar, distribuir e/ou tornar disponível a informação contida em documentos de arquivo para usuários, (indivíduos ou organismos) conhecido ou potencial, com a finalidade de atender suas necessidades específicas. (COUTURE, 1999, p. 24, tradução nossa).

Complementando a visão de Couture, Perez (2005, p. 7) afirma que esta função compreende “a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo duma instituição assim como os serviços que esta coloca a disposição dos seus usuários”.

Com a concretização desse processo, observa-se a ampliação das atividades dos arquivos para além da custódia dos acervos, transpassando-se os ambientes

administrativos, ampliando-se em direção aos serviços de arquivo estruturado e reafirmando seu objetivo maior de fornecer o acesso à informação.

Diante do papel preponderante, influenciando no ciclo documental, criando e reformulando normas, que os arquivos adquiriram ao longo do tempo, Bellotto (2006) conclama que os arquivos alarguem seus horizontes para além das barreiras físicas que os delimitam e convida os arquivos para que exerçam seu papel atuante, influenciando e sendo influenciados pela sociedade:

Por isso, cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo. (BELLOTTO, 2006, p. 228)

De certa forma, é possível observar que a difusão é a função que permite aos serviços de arquivo maior proximidade com seus usuários, tornando explícito o papel dos arquivos como elementos indispensáveis no processo democrático de direito. Talvez, esta seja a função mais visível aos usuários.

2.1.7 Preservação

No que tange à preservação, Conway (2001, p. 14) entende que ela “[...] compreende todas as políticas, procedimentos e processos que evitam a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos, prorrogam a informação que contém e intensificam sua importância funcional”.

Alargando esse conceito, Cassares (2000, p. 12) aborda a preservação como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”.

Alguns autores chegam a incluir os termos conservação/preservação como uma única função: “à conservação também acrescentamos “preservação”, conceito que quer significar uma prática mais recomendada atualmente, embora a função “conservação” sempre vá existir” (Rodrigues, 2003, p. 217).

Cassares traz o conceito de conservação como “[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou

objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)” (CASSARES, 2000, p. 12) .

Dessa forma, pode-se afirmar que a preservação é um conceito que envolve uma relevância maior ao processo, pois nela estão previstas atividades tanto de conservação como aquelas destinadas ao desempenho da própria preservação, o qual se relaciona à criação de uma política.

2.2 A padronização terminológica

É de conhecimento geral que todas as disciplinas amoldam conceitos de outras áreas buscando fundamentar seu objeto de estudo:

O andamento e desenvolvimento dessas áreas necessariamente se concretizarão, pouco a pouco, com uma formação universitária própria, uma legislação própria, uma teoria e uma metodologia próprias, assim como uma terminologia própria. Anteriormente a essa concretização, a nova área vai se constituindo, pegando emprestado das áreas matrizes de onde ela é proveniente ou das áreas com objetos e objetivos semelhantes, a formação profissional, a legislação, a metodologia e, naturalmente, a terminologia alheia. (BELLOTTO, 2007, p. 53).

Com a Arquivologia não podia ser diferente. A concretização da arquivologia como área do conhecimento sofreu influência e contribuição de diversas áreas, tais como a Biblioteconomia, a Informática, a Estatística, a Administração, entre outras. Mas mesmo se apropriando de termos e conceitos de outras áreas, é imprescindível que ela busque adaptar esses conceitos e termos para a realidade dos arquivos de maneira que essa padronização os diferencie das demais.

Caso essa apropriação ocorra sem sua devida adaptação, corre-se o risco de produzir problemas insanáveis para as práticas arquivísticas, conforme afirma Bellotto (2007, p. 54): “[...] não só a terminologia, mas também a teoria, a metodologia, a prática, quando uma vez emprestadas das áreas matrizes, muitas vezes criam raízes daninhas, difíceis de serem extirpadas”.

Para que essa questão não interfira nos estudos e nas práticas, faz-se necessário que a arquivística se reverta de uma terminologia apropriada ao seu campo de atuação, entendendo que a função da terminologia é criar definições únicas para termos específicos de maneira que se crie um vínculo entre um termo, um conceito e um significado:

[...] no plano nocional, para que um nome tenha direito ao título de termo, é necessário que ele possa, enquanto elemento de um conjunto (uma terminologia), ser distinguido de outro. O único caminho para exprimir esse sistema de distinções recíprocas é a operação dita definição. (REY, 1978, *apud* LUNARDELLI E CALDERON, 2008, p. 60).

O papel que a teoria conceitual representa para a concretização de uma área específica pode ser manifestado por meio da padronização de seus termos. Padronização essa que pode ser entendida como a necessidade que qualquer ciência ou disciplina possui de estabelecer um conjunto de termos determinados e definidos que designe noções úteis de interpretações e palavras técnicas de sua área, o que é conhecido como vocabulário técnico e que se manifesta por meio de controle terminológico, como afirma Barbosa (1989): “terminologia é um conjunto de palavras técnicas que constituem o vocabulário específico de uma ciência, tecnologia, de um pesquisador ou grupo de pesquisadores, ou de uma área de conhecimento”.

Reforçando, ainda, o papel que a definição dos termos representa para a aceitação de uma área como ciência, Benveniste argumenta que:

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência. (BENVENISTE, 1989, p. 252).

Nessa mesma vertente, Cabré (1993, p. 37) afirma que “a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional”.

Entende-se que é importante para a Arquivística que a sua terminologia se cerque de todas as variáveis para que, assim, crie objetos únicos e inconfundíveis:

(...) uma terminologia é caracterizada pelo facto de os elementos que a constituem serem unívocos, ou seja, a cada termo corresponder apenas um

significado no universo de referência. Esta característica inerente às terminologias torna-as num instrumento indispensável na construção e desenvolvimento da área em que se situam, participando assim da natureza da linguagem verbal que sustenta interactivamente a construção do mundo em que se movem os falantes. (MATEUS E CORREA, 1998, p.9).

Além disso, as terminologias e as linguagens documentais em domínios transdisciplinares são fundamentais porque “elas facilitam cientistas, técnicos e profissionais à comunicação entre si, em sentido restrito, e à divulgação de suas ideias e conceitos, em sentido lato” (Farias, 2008). Portanto, ressalta-se que o papel fundamental da terminologia em um campo específico é a de permite uma comunicação tanto em âmbito nacional como estrangeiro.

Nessa mesma linha de entendimento, Bellotto afirma que:

A verdade é que a existência do controle terminológico, [...] além de facilitar o entendimento entre os profissionais nacionais e estrangeiros, pode aumentar, pela precisão da pesquisa e das denominações, a qualidade técnica dos trabalhos, afora se constituir em instrumental útil para a formação e treinamento de candidatos ou iniciantes na profissão. (BELLOTTO, 2007, p. 53).

No entanto, é notório que em qualquer área do conhecimento é impossível que a teoria abarque toda a realidade vivenciada na prática, pois, muitas vezes, a prática precede a teoria. O mais recomendável é que as duas caminhem juntas:

[...] pois se a teoria arquivística deve orientar a prática no tratamento dos arquivos, por outro lado, é a prática arquivística que alimenta as discussões que propiciam o desenvolvimento teórico. Desprezando-se a teoria no desenvolvimento da prática, se empobrece o debate teórico. (RODRIGUES, 2004, p.10).

Alguns autores afirmam que “a arquivologia padece de problemas conceituais que resultam, em parte, da confusão entre duas áreas distintas: a da pesquisa científica e a da ação normatizadora” (Lopez, 2008). As explicações para esse problema são diversas, alguns argumentam que por ter sido a terminologia arquivística brasileira elaborada, quase que em sua totalidade, de traduções de dicionários de línguas estrangeiras essas traduções não conseguem refletir a realidade dos arquivos brasileiros, conforme salienta Bellotto (2007) ao se referir as questões terminológicas:

[...] Ela tem saído da tradução de dicionários em outras línguas e não a partir da realidade concreta dos termos usados cotidianamente pelos profissionais da área. A quase totalidade dos nossos dicionários de terminologia tem origem em similares estrangeiros, sobretudo os emanados do Conselho Internacional de Arquivos, ainda que em sua versão nacional tenham sofrido acréscimos e supressões. (BELLOTTO, 2007, p. 54).

Como já afirmado, nem sempre a teoria consegue sistematizar os conceitos utilizados na prática. Somando a isso, observa-se que os termos utilizados na área não estão suficientemente consolidados de maneira que haja uma aplicação consensual no emprego deles, dificultando, assim, sua aplicação. Ratificando essa opinião, Ribeiro afirma que:

No campo da Biblioteconomia, as técnicas de tratamento documental estão suficientemente estudadas e têm uma aplicação generalizada (...). No campo da Arquivística, porém, as técnicas de tratamento documental não estão devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual. (RIBEIRO, 1996, p. 9).

Ressaltando a importância desse tema para as práticas arquivísticas, teóricos da área afirmam que se:

[...]a comunidade arquivística chegasse a um consenso sobre o uso dos termos do qual se interirasse todos os funcionários do arquivo, tradutores da produção arquivística e demais envolvidos, isso auxiliaria em muito, a compreensão da teoria e sua aplicação e, conseqüentemente, fomentaria o debate e enriqueceria a teoria (Rodrigues, 2004, p.102).

É perceptível também que a dimensão de uma abordagem diversificada reside nas visões de quem interpreta e de quem teoriza.

É nessa perspectiva que se situa o primeiro problema apresentado quando se dedica ao estudo da arquivologia através da sua literatura, principalmente para os iniciantes. Trata-se da falta de consolidação da terminologia adotada, seja nas traduções para o português do Brasil, como também nos textos originais, em nossa língua ou em língua estrangeira. As traduções são mais problemáticas porque os países tendem a adotar vocabulários próprios, o que acarreta problemas nas frequentes traduções literais dos termos. (RODRIGUES, 2004, p. 12-13).

Somado a isso, nota-se a falta de um consenso sobre o significado de alguns termos adotados na arquivística.

Chegar à unificação é bastante complexo, porquanto serem as práticas arquivísticas bastante marcadas pelas tradições culturais e administrativas

de cada país e é por isso que às vezes é difícil traduzir termos arquivísticos de uma para outra língua, ao ser freqüente que as mesmas palavras não se referem sempre a realidades parecidas ou equivalentes e também porque se tem usado com excessiva frequência termos específicos de outras disciplinas. (HEREDIA HERRERA, 1988, apud BELLOTTO, 2007, p.54).

Outro fator preponderante é que alguns termos adotados nos arquivos tiveram origem em outros campos do conhecimento. Isso se torna em empecilho para quem trabalha diretamente com os arquivos e para os estudantes da área. O que dificulta uma comunicação mais ágil e eficiente entre os arquivistas e as demandas informacionais da sociedade nacional e internacional.

Essa ausência de concordância é apontada por Ana Rodrigues em sua dissertação de mestrado *Uma análise da teoria dos arquivos*:

O primeiro problema identificado nessa busca teórica refere-se à terminologia, que não é consensual entre os autores e tradutores da literatura do campo. Nota-se que o próprio desenvolvimento da teoria vai moldando sua terminologia ao longo do tempo, de forma que, nas publicações mais antigas, onde os termos são mais voláteis do que nas publicações mais recentes, onde a terminologia está mais consolidada. Mas, ainda hoje, não se podem afirmar que ela se encontra totalmente consolidada: ainda constatam-se diferenças no emprego de alguns termos (RODRIGUES, 2004, p. 8).

Sousa (2004) ao abordar as dificuldades de padronização na área dos arquivos, a respeito da atividade de classificação, afirma que o que atrapalha esse intercâmbio das informações “não é a multiplicidade de termos para designar os níveis de classificação, mas a falta de um consenso sobre o significado desses termos”.

Ainda em conformidade com o esse autor, nota-se que essas confusões terminológicas existentes entre os termos classificação e arranjo não parecem favorável à prática arquivística:

[...] não parece salutar ao desenvolvimento da Arquivística, pois expõe uma quebra entre arquivos correntes e permanentes, que no nosso entendimento não existe. Trata-se apenas de fases de um mesmo processo. É evidente que o tipo de uso que se faz dos conjuntos documentais altera-se com as idades, ou melhor, novos usos vão sendo agregados, mas essa é uma questão a ser resolvida por uma outra função arquivística: a descrição. (SOUSA, 2004, p.85).

Outra função que, de acordo com Lopez (1992), padece com a falta de um consenso em sua padronização é a descrição. Mesmo reconhecendo a importância

que tem a Norma Internacional De Descrição Arquivística (ISAD(G)) para o intercâmbio entre diferentes instituições, percebe-se que à norma se torna falha em alguns conceitos: “Em linhas gerais, as críticas à norma ISAD(G) focalizam dois aspectos: a representatividade e a relação entre as atividades de descrição e as de classificação arquivística” (Lopez, 2002, p. 17).

Por ser a Arquivologia um campo do conhecimento recente se comparada a outras ciências, existem alguns assuntos pouco explorados. O que é possível de se observar é que “algumas escolhas que nos vimos obrigados a fazer, não encontram respaldo suficientemente explícito na literatura” (Rodrigues, 2004, p. 102). O que leva a mesma autora a afirmar que “não há um debate estabelecido, por exemplo, sobre designação de “característica” ou “qualidade” as propriedades do arquivo e seus documentos” (Ibidem).

2.3 A trajetória dos dicionários nacionais

As primeiras tentativas de padronização na área, de acordo com Hagen (1998) “[...] foram os dicionários de termos técnicos, tanto os elaborados pelos organismos internacionais como os dicionários nacionais.” Sob essa mesma visão, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) traz algumas discussões em torno da consolidação da terminologia arquivística.

A criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1948, é considerada um marco para o desenvolvimento da Arquivologia em nível internacional. Sua contribuição foi vital para o que hoje conhecemos como o Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística (DAT).

Passados cinco anos da criação do CIA, instituiu-se um comitê com o objetivo de buscar uma correspondência dos significados dos termos e conceitos. O trabalho do comitê resultou no lançamento de *Elsevier's Lexicon of archive terminology*:

Os estudos resultaram no lançamento, em 1964, do *Elsevier's Lexicon of archive terminology*, redigido em francês, que englobou termos equivalentes em inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês, compreendendo tipos de documentos, catálogos e inventários, aspectos físicos estruturais dos arquivos, métodos de reparação, processamento, utilização e preservação. No total, foram 175 termos agrupados em seis partes: documentos de arquivo, estrutura de arquivos, instrumentos de trabalho, conservação de arquivos, operações técnicas de tratamento de arquivos e utilização de

arquivos e reprodução documental. Índices por idioma complementaram a publicação. (DBTA,2005, p.8).

Depois dessa iniciativa, alguns grupos de trabalho em diversos países foram constituídos. Entre eles, destaca-se o que em 1982 foi responsável pela a publicação do *Dictionary of Archival Terminology* (DAT 1). Sob a responsabilidade do CIA, o trabalho elaborado pelo grupo incentivava as compilações nacionais e reafirmava a importância da padronização como facilitador do intercâmbio das informações em nível internacional.

[...] o Dictionary of archival terminology (DAT 1), publicado em 1984, pelo qual o CIA reafirmou os propósitos de instrumentalizar o intercâmbio técnico internacional, a despeito das diferenças conceituais e de procedimentos, buscando estimular compilações nacionais. Incluindo 503 termos, com as entradas e definições em inglês e seu paralelo em francês, e contemplando particularidades da tradição francesa, estabeleceu equivalências em holandês, alemão, italiano, russo e espanhol. Em inglês, foram congregados termos específicos utilizados no Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Austrália, e em francês, aqueles usados na França, Canadá e Bélgica. Ao final, a obra contou com índices por idioma, seguindo os moldes instituídos pelo Elsevier's Lexicon, de 1964. (DBTA,2005, p.8-9).

Depois dessa publicação, o *Dictionary of Archival Terminology* está em sua terceira edição. O Conselho Internacional de Arquivo conta com a contribuição de diversos países para que esse dicionário seja atualizado periodicamente.

No Brasil, é importante mencionar duas publicações: o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (DTA) publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DBTA) publicado pelo Arquivo Nacional. Ambas as obras apresentam os termos arquivísticos e suas definições; o primeiro inclui equivalências em inglês, francês e espanhol; já o segundo se remete às equivalências conforme apresentadas nas várias versões do DBTA (DBTA 1, DBTA 2 e minuta do DBTA 3), em alemão, espanhol, francês, inglês e italiano.

As tentativas de padronização, em nível nacional, remontam da década de 70. A primeira iniciativa que se tem conhecimento surgiu da Associação dos Arquivistas Brasileiros e os resultados desse trabalho foram materializados em um glossário constituído por 132 termos e apresentados no I Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Nessa mesma década, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em parceria com Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uniram-se com o objetivo de aprofundar os estudos.

[...] o novo grupo iniciou, em 1982, um projeto de normalização da terminologia arquivística no Brasil que, lançado em 1983, compreendeu 60 termos em português, com as respectivas definições. Em 1986, esse trabalho passou à categoria de norma brasileira, constituindo a NBR 9578: Arquivo – Terminologia. (DTBA, 2005, p. 9).

As décadas de 80-90 foram muito produtivas no que tange à tentativa de padronização de termos no Brasil. Nesse período, foi possível detectar publicações que contribuíram muito para a conceituação dos termos que se conhece hoje. Entre essas publicações, destacam-se: o *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*, publicado pela Universidade da Bahia.

Nesse mesmo período, o Arquivo Público do Estado de São Paulo instituiu um grupo de trabalho que tinha por objetivo elaborar e adaptar os conceitos que refletissem as práticas nacionais. Dessa forma, o grupo de São Paulo apresentou na II Conferência Nacional de Arquivos Públicos em Porto Alegre (1989) o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*.

Do esforço desse grupo resultaram duas versões preliminares do presente distribuídas por ocasião da II Conferência Nacional de Arquivos Públicos, em Porto Alegre (Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística, 1989), teve por finalidade receber apreciações críticas dos interessados. (DTA, p. 9-10).

Essa publicação ficou conhecida como o dicionário do grupo de São Paulo ou simplesmente Dicionário de Terminologia Arquivística.

Com se pode observar, os esforços para a criação de publicações técnicas eram iniciativas regionais e não se ampliavam a nível nacional. No entanto, essas publicações foram importantes subsídios para elaboração do que hoje conhecemos como Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA).

Os estudos de 1999 do Arquivo Nacional, herdeiros de estudos anteriores, eram em boa parte resultantes de uma análise a que se procedeu sobre os trabalhos publicados no Brasil até então, com destaque para os dicionários de São Paulo (1989, 1990, 1996) e o da Bahia (1989). (DBTA, 2005, p.12).

O Arquivo Nacional, em 2006, lança a Resolução nº 23, que dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos Públicos – SINAR.

A proposta introdutória do DBTA sugere que tal instrumento normalizador ajudaria na exclusão de ruídos e nos diversos significados atribuídos a um mesmo termo. Também o próprio material alerta sobre a equivalência dos significados dos termos em diferentes idiomas.

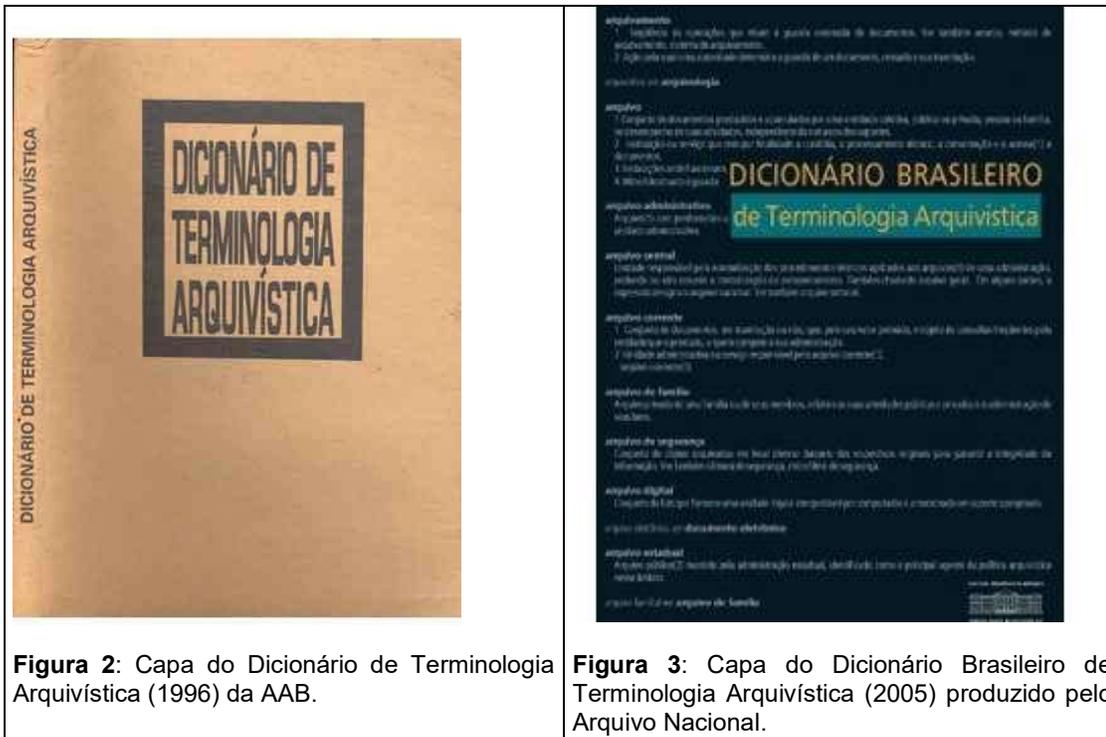
Desta maneira, o que há de especialmente novo nos Subsídios de 2004 e, em decorrência, neste Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, é a tentativa de se observar a evolução dos conceitos, recorrendo-se à comparação entre os três DAT, procurando uma aproximação de idéias, nem sempre coincidentes nem de fácil percepção, e não uma mera tradução de termos ou versão de conceitos. Ao serem percebidas incompatibilidades, optou-se por não indicar equivalência em outro idioma, mesmo que se tenha conhecimento de que alguns dicionários nacionais contemporâneos, elaborados ou em elaboração, estejam, em relação à forma como determinados termos se acham presentes nos DAT internacionais, mais atualizados no que diz respeito aos conceitos e ao universo de termos propriamente dito. Esses dicionários, se considerados, certamente enriqueceriam as equivalências. (DBTA, 2005, p.12-13).

A resolução que institui o DBTA previa que dentro de dois anos seria feito uma revisão de tal instrumento, incorporando as alterações apresentadas nesse período de adaptação. No entanto, após seis anos de sua publicação, nenhuma atualização substancial foi realizada. O que se sabe é que em 2010, o grupo de trabalho responsável pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística recebeu sugestões de inclusões e alterações de verbetes, acompanhadas de justificativas.

3 METODOLOGIA

O percurso para a elaboração desta pesquisa foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental nos dicionários técnicos: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005); Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, 2010); e em artigos científicos da área que compreenda o período de 1980 a 2010. Foram lidas as obras dos seguintes autores: Émile Benveniste (1989), Heloísa L. Bellotto (1991-2006), Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998, 1999), Renato Tarciso Barbosa Sousa (2004), Linete Bartalo (2008), Luis Carlos Lopes (2009). Os artigos impressos e os disponíveis na web compreendem os autores: Cury Rosely Rondinelli (1994), Fernanda Ribeiro (1996), Xavier Tarraubella Mirabet (1998), Georgete Medleg Rodrigues (2003), Ana Márcia L. Rodrigues (2004), André Porto Ancona Lopez (2008), Heloísa L. Bellotto (1989; 2007); as publicações técnicas do Arquivo Público de São Paulo: *Como Avaliar Documentos de Arquivo* (1998), *Como Classificar e Ordenar Documentos de Arquivos* (1998), *Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas* (2001), *Como Fazer Análise Diplomática e Tipológica de Documentos de Arquivo* (2002), e *Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa* (2002).

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, assim descritas: na primeira etapa, foi abordada as definições das funções arquivísticas: aquisição, classificação e descrição. Para isso, utilizaram-se os dois dicionários nacionais, a saber o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) e o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996). A seguir é apresentada a capa desses dos dicionários.



Na segunda etapa, fez-se uma comparação dos termos que porventura possam causar conflitos e que ultrapassam, comumente, a questão da língua e seguem por diferenças conceituais e de tradições arquivísticas.

Na etapa final, foi realizada a análise dos dados levando em conta o caráter diferenciador de cada função. Para isso, contrastaram-se os conceitos abordados pelos dicionários à luz do entendimento dos principais teóricos da área.

Para esta pesquisa, o objetivo limitou-se à análise da literatura existente no campo da Arquivologia e alguns conceitos da Biblioteconomia afim de apresentar resultados que gerem confrontos entre os diferentes significados atribuídos as funções escolhidas.

A coleta dos termos nos dicionários apresenta-se em forma de quadro conceituais, nos quais se observam com clareza os diferentes conceitos atribuídos às funções e a obra na qual foi colhida o significado. Em seguida, observa-se o entendimento dos principais teóricos da área.

4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa delimitou-se a estudar três funções, a saber: aquisição, classificação e descrição. A razão da escolha deu-se porque a aquisição é relevante para que se possa planejar e estabelecer uma política de gestão documental. A classificação, por sua vez, foi escolhida porque ela irá repercutir sobre as demais atividades de tratamento das informações. A descrição foi selecionada por ser um desdobramento do processo classificatório e também por ser uma função que permite aos usuários visualizarem as informações contidas nos documentos de arquivo.

Como já especificado, a elaboração da pesquisa foi fundamentada nos dois dicionários técnicos da área adotados no Brasil (DBTA, 2005; DTA, 1996). Quando não foi possível localizar os conceitos nessas duas obras, recorreu-se aos teóricos que abordam tal assunto (RODRIGUES 2004 apud SCHELLENBERG 1973; BELLOTTO, 1989; LOPEZ, 2000; COUTURE, 2005; CAMARGO E BELLOTTO; CRUZ MUNDET, 1996, apud BELLOTTO 2002). Além disso, foram selecionados os termos que diretamente se relacionavam com os conceitos atribuídos às funções, observando-se as remissivas *ver também*, as quais possibilitaram apreciação de outros significados.

A seguir, é possível observar os quadros com os significados dos termos de acordo com a definição dos dicionários.

4.1 Aquisição

No quadro a seguir pode ser visualizado o conceito de aquisição sob a perspectiva dos dicionários nacionais.

	DBTA	DTA
Aquisição	Ver entrada de documentos.	Ação formal em que se funda a transmissão de propriedades de documentos e arquivos.

Quadro 1: Conceito de aquisição.

Quando pesquisado no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o significado do termo aquisição, o dicionário remete ao item *entrada de documentos*. Portanto, foi entendido que o termo entrada de documentos equivale à função aquisição.

No quadro abaixo, é possível observar a equivalência do termo aquisição, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

	DBTA	DTA
Entrada de documentos	Ingresso de documentos em arquivo seja por compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento ou transferência. Ingresso de documentos em arquivo corrente através de protocolo.	Ingresso de documentos no protocolo ou arquivo.

Quadro 2: Equivalência para aquisição.

4.1.1 Análise do conceito aquisição

Como observado sobre a função aquisição, os dicionários trazem como sinônimo o vocábulo entrada de documentos.

O DTA (1996) associa esta função à transmissão de posse do documento. Por sua vez, o termo entrada de documento é visto pelo DTA com uma atividade típica de protocolo, restringindo-se ao documento na fase corrente e, por isso, não contempla o ciclo documental.

De acordo com Rodrigues (2004), Schellenberg afirma que o termo aquisição não deveria compor a terminologia arquivística, pois esse termo, advindo da área da Biblioteconomia, quando aplicado ao universo dos arquivos não houve a devida preocupação em adaptá-lo.

A palavra “aquisição” sugere o processo da biblioteconomia de aquisição de documentos selecionados com base em políticas de desenvolvimento de acervos, calcadas, muitas vezes, em necessidades dos usuários. O emprego desse termo, referindo-se ao recolhimento dos acervos aos arquivos permanentes, pode também dificultar para o leitor, especialmente se do campo da biblioteconomia, o entendimento de que os documentos de arquivos não são adquiridos conforme o interesse dos seus consulentes/usuários. Eles são transferidos ao arquivo intermediário ou recolhidos ao arquivo permanente depois de terem sido submetidos à Tabela de Temporalidade. Esta Tabela, de fato, resulta do processo de

avaliação, mas, a princípio, tal avaliação não toma os consulentes por base. O termo aquisição, portanto, conforme ressaltado por Schellenberg (1973) não deveria fazer parte da terminologia arquivística. (RODRIGUES, 2004).

Dessa forma, pelas especificidades que a documentação de arquivo tem de ser acumulada de uma forma natural, pois não são artificiais como as bibliotecas, e de ser criada pela necessidade de manter registros de prova referente às atividades de seus produtores, acredita-se que o termo aquisição, envolvendo a compra, a doação e a permuta, como empregado pelos dicionários, desvirtua o caráter orgânico atribuído aos documentos de arquivo.

Acredita-se, pois, que o termo entrada de documentos, da forma como está conceituado, não seria o ideal para a função aquisição. No entanto, acredita-se que seria mais aceitável se houvesse uma adaptação de tal maneira que essas formas de ingresso observassem o caráter orgânico desses documentos.

4.2 Classificação

Segue o quadro com os conceitos atribuídos pelos os dicionários nacionais à função classificação.

	DBTA	DTA
Classificação	<p>Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um código de classificação ou quadro de arranjo.</p> <p>Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.</p> <p>Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança.</p>	<p>Seqüência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo.</p> <p>Restrição ao acesso e uso de arquivos, documentos ou informações impostas pela pessoa física ou jurídica de origem, para efeitos de segurança.</p>

Quadro 3: Conceito de classificação.

4.2.1 Análise do conceito classificação

Objetivando sistematizar a pesquisa, os conceitos atribuídos à classificação pelos dicionários foram analisados quanto ao caráter diferenciador dos arquivos no que diz respeito à constituição dos acervos e sob o ponto de vista das funções arquivísticas.

No DBTA, a classificação está definida como uma “organização dos documentos de um arquivo ou coleção”. Diante desse conceito, buscou-se o significado do termo coleção, que vem a ser “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”. Como é de entendimento geral, os documentos de arquivos são produzidos e ou recebidos por uma pessoa ou entidade no exercício de suas funções, por isso não há o que se falar em coleção quando se trata de uma classificação arquivística.

Como visto a coleção busca agrupar os documentos por critérios diversos que não aqueles estabelecidos pelos princípios arquivísticos. O que distingue as informações arquivísticas das demais é justamente sua forma de acumulação, sucessiva, orgânica e natural. Por isso, entende-se que a classificação arquivística não cabe no universo das coleções, como bem demonstra a citação abaixo:

Já se disse que esta é uma ciência de conjuntos. Realmente, só assim deve ser entendida a arquivologia: documentos contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Ressalte-se com isso a primeira grande especificidade deste objeto essencial da arquivologia que são os arquivos entendidos como conjuntos: a sua organicidade. No entendimento claro de que **arquivo não é coleção** e sim acumulação sucessiva, orgânica e natural de documentos que possuem caracteres externos e internos bastante específicos, está a base da compreensão desta área profissional, sobretudo pelos que a ela não pertencem. (BELLOTTO, 1989, p.4)

Partindo do entendimento de que o objetivo final da classificação é, naturalmente, facilitar a identificação das informações contidos nos documentos de arquivos, permitindo assim uma melhor compreensão do ambiente operacional da pessoa ou entidade que as produziu, pode-se afirmar que o DTBA não remete em nenhum instante essa relação existente entre os documentos e as atividades de seus produtores.

Analisando o conceito atribuído pelo DTA, a classificação é entendida como a sequência de operações que permite visualizar e compreender o contexto de produção dos documentos e, dessa forma, torna visíveis as atividades que lhes deram origem. Nesse ponto, mais uma vez os dicionários divergem, pois o DBTA

conceitua a classificação como uma atividade de análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual eles sejam recuperados. Percebe-se que o dicionário elaborado pelo Arquivo Nacional não remete a classificação como uma função arquivística que permita relacionar o conteúdo dos documentos com as funções e atividades executadas por aqueles que produziram tais informações.

Nessa perspectiva, acredita-se que o instrumento de padronização da área tem por obrigação demonstrar uma atividade de classificação que obedeça ao princípio da proveniência, que todos reconhecem como um dos fundamentos básicos da arquivística. Satisfeito tal princípio torna-se clara a relação dos documentos com seus produtores.

É visível também que é no processo de classificação que se busca garantir a organicidade dos documentos, através da inserção destes em um fundo documental diretamente ligado à missão institucional e às funções para as quais foi criado.

Nesse ponto, o DTBA diverge do Dicionário de Terminologia Arquivística quando não busca uma classificação que demonstre o documento inserido na estrutura administrativa da instituição de acordo com as funções que esta desenvolve.

4.3 Descrição

A seguir, é possível visualizar no quadro o conceito de descrição em conformidade com os dicionários nacionais (DBTA; 2005; DTA; 1996).

	DBTA	DTA
Descrição	Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.	Conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de pesquisa.

Quadro 4: Conceito de descrição.

O dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística sugeria que fosse visto também nível de descrição e unidade de descrição. No entanto, não se buscou o

significado desses termos porque, entende-se que estes não abarcam o universo traçado para a pesquisa.

4.3.1 Análise do conceito descrição

A descrição é proveniente do processo de classificação e de avaliação, devendo ser aliada a um conjunto de metadados que representem as informações que identificam o acervo arquivístico e explicam o seu contexto (Lopes, 2000).

Os dicionários abordam que descrição leva em conta elementos formais. Diante dessa constatação, buscou-se respaldos na diplomática para entender o que vem a ser esse elementos:

Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou **formais** têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. [...] são: o espaço; o volume que o documento ocupa; sua quantidade; o suporte (material sobre o qual as informações são registradas, como papel, pergaminho, filme, disco óptico, disco magnético, fita magnética etc.); o formato (configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado, tais como caderno, códice, folha avulsa, livro, tira de microfilme etc.); a forma ou a tradição documental, que é o estágio de preparação e transmissão de um documento (minuta, original, cópia); o gênero (configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo, permitindo que seja denominado textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, informático); e até aqueles elementos menos corpóreos que alguns autores consideram intermediários, tais como a língua (também entendida como elemento interno), o modo da escrita, a espécie e o tipo. (BELLOTTO, 2002, p. 24-25, grifo nosso).

Analisando os significados registrados nos dicionários, observou-se que nenhum desses instrumentos aborda a descrição ligada à atividade de classificação e tão pouco ao processo de avaliação, de maneira que o processo descritivo conceituado por tais instrumentos não reflete as atividades e funções dos produtores de arquivos. Pela ausência dessas relações imprescindíveis para os arquivos, a descrição abordada pelos dicionários não demonstra uma informação contextualizada.

Sob tal vertente, entende-se que a função descrição compreendida como a representação das informações contidas nos documentos deve ser abordada como uma atividade inerente à criação/elaboração do documento. O que os conceitos

abordados pelos dicionários transmitem é a descrição como uma atividade típica dos arquivos permanentes, pois:

[...] a descrição é uma função central de arquivo, intimamente relacionada com a classificação, que é baseado no conhecimento dos usuários e suas necessidades, e é definido como: "[a] conjunto de operações para descrever as características físicas e de conteúdo de arquivos "ou informações com mais precisão registro sobre a estrutura, funções e conteúdo do documento. esta função é regulada por três princípios básicos: respeito aos fundos. (COUTURE, 2005, p.19, tradução nossa).

Diante do exposto, nota-se que o DTA não diverge do DTBA. No entanto, nenhum desses instrumentos demonstra uma definição de descrição que obedeçam aos princípios arquivísticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propunha a pesquisar as divergências e as convergências dos conceitos atribuídos pelos dicionários nacionais às funções aquisição, classificação e descrição. No desenvolvimento da pesquisa, foram detectados dois problemas: em primeiro instante, o problema era conceitual, e, em segundo, era a ausência de literatura da área que trata sobre o tema abordado.

Como já explanado, foi possível detectar uma carência da literatura nacional no que diz respeito a um estudo substancial, ou documental, no campo de pesquisas relacionadas às funções arquivísticas. Observa-se que nem mesmo os dicionários atribuem significado a algumas funções; raras são as publicações relacionadas a esse tema.

Também foi possível observar que os dois dicionários nacionais: Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional, constituem referências em língua portuguesa quanto aos significados e ao uso dos termos. Apesar disso, alguns desses significados ainda não estão suficientemente consolidados e alguns não oferecem segurança no seu emprego. Muitas vezes não existe um consenso sobre a definição desses termos. Talvez, faça-se imperativo a elaboração das discussões no meio profissional de modo que toda a comunidade arquivística, em especial o órgão normatizado, finalmente chegue a um consenso a respeito do vocabulário utilizado.

Ainda foi possível detectar que essas variedades de conceitos referentes a um mesmo termo podem ser justificadas pela ausência de uma terminologia concreta, por questões linguísticas, diferenças conceituais, tradições arquivística ou até mesmo porque a teoria nem sempre consegue abarcar ou prever todos os significados existentes na prática arquivística e também porque são outros os grupos que produziram as obras.

Torna-se claro que as contribuições dos linguistas e terminólogos são de fundamental importância em diferentes aspectos, tais como: na tradução fidedigna de conceitos, contribuindo para uma delimitação de fronteiras entre áreas conceituais contíguas; no aproveitamento pelos especialistas dos recursos linguísticos existentes e mais adequados; e, inclusive, na criação de novos termos para conceitos novos ou que continuam sem designação.

Outro fator importante a ser observado é a ausência de atualização dos instrumentos terminológicos. Entende-se, pois, que um instrumento terminológico é dinâmico e como tal deve refletir as mudanças, sendo capaz de acompanhar a realidade arquivística. Isso pode implicar, muitas vezes, na criação de termos novos, bem como na descontinuidade de uso ou alteração de outros termos.

Foi observado também que a resolução que institui o DBTA previa, dentro de dois anos, uma atualização com alterações apresentadas pelos anseios da área. No entanto, após seis anos de seu lançamento nenhuma atualização substancial pode ser percebida no presente dicionário. Para os profissionais e estudantes da área, a carência dessa modernização provoca conflitos que ultrapassam as barreiras dos arquivos.

Nesse contexto, é relevante que se busque um aprofundamento na teoria e um consenso nos termos preconizados da área, no sentido de utilizar significados únicos e singulares que determinem objetos específicos e que esses significados sejam compreendidos e, acima de tudo, tenham uma aplicação generalizada.

Seria de imenso valor, tanto teórico quanto prático, o aprofundamento deste estudo, no entanto, por questões relativas ao tempo para a realização do trabalho e pela sua própria natureza e delimitação não foi possível esse aprofundamento. Mas, anseia-se que novas pesquisas sejam realizadas envolvendo o estudo da terminologia e que nessas pesquisas incluam-se outros idiomas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S; SILVA, R. R. G. **Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência.**

Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3211>. Acesso em: 29 out. 2012.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n.º 51)

BARBOSA, M. A. **Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia:** objeto, métodos, campo de atuação e de cooperação. Estudos linguísticos XX. Anais de seminários do GEL. 1989.

BELLOTTO, H. L. **Arquivologia:** objetivos e objetos. In: IV jornada Arquivística da UNI-RIO, 1989. Rio de Janeiro - RJ. Disponível: <http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>. Acesso em: 12, out. 2012.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

_____. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. A terminologia das áreas do saber e do fazer o caso da arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 47-56, jan/dez 2007

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

- CABRÉ, M. Teresa. **La terminología**. Barcelona: Antártida, Ampúries, 1993.
- CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. (Coords.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB, 1996.
- CASSARES, N. C; M. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição. Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações técnicas, n. 49)
- COUTURE, C. (org.). **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.
- CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB - XI): O CONCEITO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA. **GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 2010.
- FONSECA, V. M. M. da. **A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2001.
- HAGEN, A. M. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez. 1998.
- LOPES, C. L. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: Projecto editorial, 2009.
- LOPEZ, A. P. A. **Como descreve documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

_____. **O “ser” e o “estar” arquivista no Brasil de hoje**. Mesa redonda. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Arquivologia. Goiás: Goiânia, 2008.

LURDANELLI, S. A.; CALDERON, N. A. Fundo arquivístico: múltiplas leituras a respeito do termo. In: **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Lodrina: EDUEL, p-55-68, 2008.

MATEUS, M. H.; CORREA, M. (Coord.). Prefácio. In: **Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos**. Lisboa: Publicações Europa – América, p. 9, 1998.

PEREZ, C. B. Difusão dos arquivos fotográficos. In. Peres, R. U. (Org.). Caderno de Arquivologia: 2. Universidade Federal de Santa Maria. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n.2, p.75-89, jul./dez. 2012. 89. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Arquivologia. Santa Maria, p. 7-23, 2005.

RIBEIRO, F. **Indexação e controle de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal do Porto/Arquivo Histórico, 1996.

RODRIGUES, A. M. L. **Uma análise da teoria dos arquivos**. 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RONDINELLI, C. R. **Avaliação de documentos: o desafio maior**. Trabalho apresentado no 10º Congresso de Arquivologia. São Paulo, nov./dez. 1994.

TARRAUBELLA MIRABET, X. Los archivos e sus usuarios. **Lligall: Revista Catalana d' Arxivística**, v. 12, p.190 – 204. 1998.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos. Princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, p. 179-226, 2006.

SOUSA, R. T. B. **Classificação em arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B. (Org.). **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília: SENAC, 2007.